

UMA CONVERSA SOBRE EDUCAÇÃO

CLAUDIO DE MOURA CASTRO
COM CRISTOVAM BUARQUE

PREFÁCIO WASHINGTON OLIVETTO

UMA CONVERSA SOBRE EDUCAÇÃO

CLAUDIO DE MOURA CASTRO
COM CRISTOVAM BUARQUE

PREFÁCIO WASHINGTON OLIVETTO

@ Fundação Santillana, 2022.

FUNDAÇÃO SANTILLANA

Diretor-Executivo

Luciano Monteiro

Diretor de Políticas Públicas

André Lázaro

Gerente de Relações Institucionais

Karyne Alencar Castro

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação e edição

Ana Luisa Astiz / AA Studio

Preparação

Marcia Menin

Revisão

Cida Medeiros e Juliana Caldas

Capa e projeto gráfico

Paula Astiz

Diagramação

Paula Astiz Design

Nota do editor: todos os links foram checados em janeiro de 2022.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castro, Claudio de Moura

Uma conversa sobre educação [livro eletrônico] / Claudio de Moura

Castro com Cristovam Buarque ; prefácio Washington Olivetto. --

São Paulo, SP : Fundação Santillana, 2022.

PDF

ISBN 978-85-63489-56-2

1. Educação - Aspectos econômicos - Brasil 2. Educação - Aspectos sociais - Brasil 3. Educação - Brasil 4. Educação - Finalidade e objetivos I. Buarque, Cristovam. II. Olivetto, Washington. III. Título.

22-107135

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação : Aspectos sociais 370.981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

4	Prefácio <i>Washington Olivetto</i>
7	Apresentação <i>Rafael Lucchesi</i>
10	Introdução
13	A educação de Claudio de Moura Castro
18	O legado do otimismo e da arrogância
24	A importância das humanidades
28	A origem do nosso atraso educacional
32	Avanços e omissões, muitas omissões
36	Invisibilidades e outros graves descasos
41	Algumas comparações
47	Diploma x Educação de qualidade
53	A importância da Educação Profissional
63	Mais sobre o exemplo da Alemanha
66	Formação de professores
71	A universidade
76	De volta à Educação Básica
79	A Fundação Santillana

PREFÁCIO
EDUCAÇÃO
JÁ

NO INÍCIO DOS ANOS 1970, não existiam academias de ginástica, empresas como a Nike, nem a febre das quadras de *beach tennis*. Foi quando a TV Globo resolveu lançar uma campanha incentivando o brasileiro a se mexer – jogar uma pelada, correr alguns quarteirões, subir e descer escadas, lavar louça, fazer algum tipo de movimento.

Tive o privilégio de criar essa campanha, chamada “Mexa-se”, e não tenho dúvida de que foi ela que desencadeou muito do que aconteceu de lá para cá, transformando o país dos sedentários no país dos hedônicos, espalhando lugares para malhar na maioria das cidades e provocando o fenômeno da antecipação e do prolongamento da juventude. As pessoas passaram a ficar jovens antes e a deixar de ser jovens depois. Quando eu era menino, uma garota de 14 anos era uma menina; hoje é uma mulher. Quando eu era menino, uma mulher de 40 anos era uma senhora; hoje é uma gatinha.

É muito bom que isso tenha acontecido com o esporte, mas lamentado que o mesmo não tenha ocorrido com a Educação.

O Brasil é, certamente, o país mais mal-educado do mundo, e a solução para todos os nossos problemas – políticos, econômicos, éticos, morais, climáticos, de desenvolvimento, de respeito à ecologia, ao passado e ao presente de nossos adultos e ao futuro de nossas crianças – passa pela Educação.

Não me refiro à Educação acadêmica, daqueles que muito leem e pouco entendem, nem aos intermináveis papos dos arrogantes “Ph.Deuses”, mas a uma Educação prática e cotidiana que atinja a tudo e a todos – bandeira que este livro, *Uma conversa sobre Educação*, que reúne Cristovam Buarque e Claudio de Moura Castro, defende e exemplifica com sabedoria e pertinência.

Não se trata de uma campanha de publicidade com data marcada para começar e terminar; trata-se de um projeto de longo prazo que precisa começar agora e durar para sempre. Não é uma corrida de 100 metros rasos; é uma maratona. Não é uma tarefa para um publicitário; é uma missão para todos os profissionais de comunicação do país. Não é trabalho para um meio de comunicação; é obrigação de todas as mídias.

Precisamos colocar na cabeça de cada brasileiro a mania por Educação, a tara pela Educação, a paixão pela Educação, o tesão pela Educação. Precisamos transformar cada brasileiro numa academia de ginástica mental; precisamos malhar cada um dos nossos cérebros. Precisamos que cada brasileiro compreenda que a Educação deve ir além do entendimento e induzir o gosto e o conhecimento necessários para fazer coisas, transformar o mundo, contribuir para deixá-lo melhor e mais belo.

Alguns dos maiores problemas do Brasil são o analfabetismo contemporâneo, que gera incapacidade de entender o mundo moderno; a obsessão dos economistas em buscar o crescimento financeiro de alguns, em vez de harmonia e bem-estar para todos; a crença de que fatores-surpresa podem representar retrocessos, como a covid-19, que foi responsabilizada por piorar nossa Educação em geral quando, na verdade, sua disseminação apenas piorou o que já era péssimo.

Sendo simplista e objetivo, a verdade é a seguinte: se a Educação não melhorar, o Brasil não melhorará. Trata-se de um projeto para ontem.

Precisamos que, já a partir de amanhã, cada brasileiro pergunte diariamente a outro brasileiro: “O que você aprendeu hoje?”.

Essa é a lição de casa para todos nós.

Washington Olivetto
Publicitário

APRESENTAÇÃO
A
EDUCAÇÃO
DESEJADA

EIS AQUI UM LIVRO que não deixa desculpa para não ser lido. Curto e intenso, certamente valerá seu tempo. A linguagem informal dá à leitura o gosto de uma boa conversa. O conteúdo agudo faz pensar mais e melhor sobre o principal dos problemas brasileiros: a Educação. Como país de desenvolvimento tardio, adiamos em diversas ocasiões a necessária revolução educacional que impulsiona o desenvolvimento de maneira sustentável. Na atual sociedade do conhecimento, a procrastinação não é mais possível.

Ninguém interessado no futuro do Brasil e dos brasileiros pode jogar fora a oportunidade de conversar com dois pensadores de tantas ideias e contribuições para a causa da Educação brasileira como Cristovam Buarque e Claudio de Moura Castro. E é isso o que lhe oferece este livro: fazer parte de uma conversa entre os dois.

É preciso mudar a mentalidade dos brasileiros para provocar uma mudança cultural pela qual a Educação deixe de ser um consenso difuso sem aplicação prática para se tornar o pilar de reconstrução do Brasil. Esta breve conversa – ou este pequeno livro – não deixa escapar nada que importa aos desafios para uma revolução da Educação pelo prestígio que vier a desfrutar na sociedade brasileira.

Pesquisas provam que pais mais escolarizados têm filhos com melhor desempenho escolar. Então, como revolucionar a Educação do nosso país com tanta desigualdade e escolarização tão baixa? Pode ser interessante olhar para a China e para a Índia. Essas duas nações asiáticas com histórias, povos e regimes políticos muito distintos coincidem no fato de não terem previdência pública. Assim, pais chineses e indianos enxergaram na formação dos filhos um arrimo de sobrevivência futura, uma espécie de aposentadoria, e as famílias passaram a apostar na Educação.

É claro que o Estado atuou de maneira decisiva nos dois países. A Índia investiu no ensino de ciências exatas, matemática, física, energia nuclear. Também na China iniciativas como essa ajudaram a emular na sociedade o desejo pela Educação. Essa mudança cultural levou a um salto educacional e hoje, não por acaso, as faculda-

des de engenharia, economia e ciências exatas dos Estados Unidos estão lotadas de indianos e chineses.

Cristovam e Claudio convocam (ou provocam) a parte mais escolarizada (ou abastada) da sociedade brasileira a levar a sério a necessidade de despertar o desejo pela Educação no todo da população brasileira. “Custou muito ao Brasil levar a sério algumas noções básicas”, lembra Claudio – coisas como entender “os limites da natureza e do Tesouro”. Cristovam debulha essa cultura do carro na frente dos bois: “acreditamos que a riqueza distribui renda e esta distribui Educação, no lugar de perceber que a Educação de todos aumenta a produtividade, cria riqueza e distribui renda”.

Seguimos teimando com algumas ideias que não dão resultado, que não acompanham as mudanças tecnológicas e as necessidades do mercado de trabalho e da indústria. Cristovam e Claudio atestam isso sem desconhecer importantes avanços nas últimas décadas. Aqui devo agradecer as referências tão positivas que eles fazem ao Senai e ao Sistema S, especialmente em relação ao ensino profissional no Brasil.

Para além do dever do Estado na promoção do ensino público de qualidade, a revolução da Educação somente se dará quando a sociedade abraçar essa ideia. Por isso, a promoção da Educação não é tarefa só de educador ou professor. É oportunidade de todos. Tanto que o publicitário Washington Olivetto prefacia este livro com o reconhecimento do papel decisivo dos comunicadores para a mudança de mentalidade que pode fazer da Educação a prioridade número um de todo o Brasil.

Cristovam promove a “mania por Educação”. Claudio afirma que o melhor ministro da Educação seria aquele capaz de “vender a ideia de Educação de qualidade”. Este livro nos envolve no desafio de fazer despertar o desejo da Educação em cada brasileiro.

Rafael Lucchesi
*Diretor de Educação e Tecnologia
da Confederação Nacional da Indústria (CNI)*

INTRODUÇÃO

ENTRE 1973 E 1975, morei em Tegucigalpa, Honduras, trabalhando para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Um dia, soube da presença de um brasileiro de passagem pela cidade. Era Claudio de Moura Castro, a quem convidei para almoçar. Na conversa, ele disse que estava transportando algo no qual a pessoa se pendura para voar. Depois tomei conhecimento de que se tratava do que veio a ser chamado de asa-delta. A partir daí, ficamos amigos. Fui viver nos Estados Unidos, ele ficava na minha casa quando passava por Washington D.C. e continuamos a manter contato. Coincidimos um tempo em Brasília, quando ele foi diretor da Capes¹.

Mais tarde, fiz um livro com entrevista a Celso Furtado². Passados alguns anos, produzi outro, com Fernando Henrique Cardoso³. Sempre tive vontade de fazer um com Claudio de Moura Castro.

Além da sua personalidade de intelectual atrevido, sem medo de riscos de vida ou de polêmicas, me atraía o fato de ele ser da primeira geração de economistas com doutorado e ter optado pelos temas da Educação, transformando-se em um educador com experiência e ideias próprias, muitas delas contrárias às visões consolidadas. Com Claudio é possível falar de economia – ele é um importante economista; de aventuras – ele é um homem de aventura; de marcenaria – ele é um marceneiro; de Educação profissional – que ele defende com grande interesse.

Apesar de ser um candidato natural para ser entrevistado, esperamos até 2021 para concretizar esta conversa, graças à provoca-

1. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

2. Economista e escritor, ocupou diversos cargos públicos (Sudene, BNDES, Ministério do Planejamento, embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Europeia, Ministério da Cultura) e lecionou nas universidades de Yale, Harvard e Colúmbia, nos Estados Unidos, de Cambridge, na Inglaterra, e da Sorbonne, na França.

3. *Foto de uma conversa*: Celso Furtado e Cristovam Buarque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007; *Fotos de conversas*: Fernando Henrique Cardoso e Cristovam Buarque. Brasília: Astrojildo Pereira, 2021.

ção do Instituto Casagrande⁴, de Curitiba. Tivemos duas conversas via Zoom, ele em Belo Horizonte e eu em Brasília. Minha primeira pergunta teria de ser sobre a educação de Claudio de Moura Castro.

4. <https://institutocasagrande.com>.

**A
EDUCAÇÃO
DE
CLAUDIO
DE
MOURA
CASTRO**

Cristovam: *O que o levou ao percurso de economista a educador?*

Claudio: Fazia meu doutorado em economia, versão puro-sangue. Em Berkeley, fui aluno de uma figura que me impressionou como professor, no seu curso de desenvolvimento econômico. Era um indiano chamado Amartya Sen. O curso incluiu duas aulas sobre Educação, vista pela cabeça de um economista. Entendamos, a economia é a única ciência social que utiliza instrumentos rigorosos para lidar com o mundo social, que é solto, fluido, pantanoso. Nessas aulas, ele exemplificou como a visão de um economista podia ser usada para entender a Educação. Ao fim da segunda aula, minha carreira estava selada. Fiz uma tese sobre economia da Educação, voltei para o Brasil e fui para o Ipea⁵. Lá, comecei a pesquisar, inicialmente estudando problemas de economia da Educação. Progressivamente, ocupava-me cada vez menos com o lado da economia e cada vez mais com assuntos variados de Educação, tais como análises de política educativa, questões de planejamento e outras coisas do mesmo naipe.

Cristovam: *Pouco depois do tempo em que você estudava com ele [Amartya Sen], eu estava traduzindo um livro dele sobre avaliação econômica de projetos, usado nos meus cursos para o BID⁶, na América Latina. Por falar nisso, você reencontrou o Amartya Sen?*

Claudio: Alguns anos atrás, participei de um evento da Clinton Global Initiative, onde ele fez uma conferência. Ao terminar, cumprimentei-o e mencionei o fato de que ele mudou minha carreira.

Cristovam: *Encontrei o Amartya Sen faz uns quatro ou cinco anos, quando ele e eu fazíamos parte do conselho que orientava a avaliação do IDH⁷ daquele ano.*

5. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

6. Banco Interamericano de Desenvolvimento.

7. Índice de Desenvolvimento Humano.

Claudio: Praticamente foi ele quem inventou o IDH.

Cristovam: *Li um livro do Edgar Morin, Meus filósofos⁸, em que ele lista as pessoas que formaram sua cabeça. Chama de filósofos, mas foram também seus arquitetos. Ele põe até Beethoven como um dos seus formadores. Quem formou a cabeça de Claudio de Moura Castro?*

Claudio: Fiquemos com os vivos, pelo menos, na época em que me influenciaram.

Os familiares imediatos me deram a formação moral, impecável. Sem que qualquer um deles me estimulasse, apaixonei-me por ferramentas, já aos 5 anos. Pregava e serrava, aqui e acolá. Mas o grande catalisador do meu amor pela marcenaria e pela mecânica foi morar dentro da área industrial de uma siderúrgica, dos 10 aos 16 anos. Meu guru absoluto foi Joel Fortunato, um mecânico de gênio. Para além das destrezas que aprendi com ele e seus colegas, captei o espírito do que é ser um bom profissional. Ao escrever sobre formação profissional, valho-me mais do que aprendi naqueles dias do que dos livros bobos que leio sobre o assunto.

Na formação intelectual, destacaria meu avô, que foi goleiro da seleção brasileira de futebol, industrial por 50 anos e historiador por uns 40. Ele foi meu guru intelectual para a pesquisa. Foi a pessoa que me mostrou que ler fragmentos de um documento histórico do século 18 nos permite reconstruir na cabeça o mundo da época. No fundo, esse é o desafio da pesquisa: você pega pedacinhos da realidade e constrói um mundo a partir deles. O exemplo clássico é a reconstrução de um dinossauro tomando um par de ossos. Essa é a beleza de ser pesquisador. Nunca me desvencilhei, nunca abandonei essa aventura de desvendar uma realidade misteriosa, mas que deixou um ou outro rastro. É a natureza tentando se esconder, mas, ao mesmo tempo, soltando algumas pistas. Para o pesquisador, o desafio é pescar, juntar e dar sentido a esses frag-

8. MORIN, Edgar. *Meus filósofos*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

mentos. Esse prazer aprendi com meu avô. Quando ia visitá-lo, ele me mostrava as pesquisas em que estava trabalhando e as interpretações que oferecia.

A segunda influência foi minha avó, Anna Amelia. Poetisa inspirada, nunca deixou de criticar meu português escrito. Com menos de 10 anos, descrevi uma viagem a Caxambu [Minas Gerais]. Lendo a “obra-prima”, ela exclamou: “Meu neguinho, você escreve muito mal”. Já bem grandão, redigi o relato de uma viagem pelo rio São Francisco. Orgulhosamente, mostrei-lhe o texto. Novamente, fui alvo da sua franqueza: “Está mal escrito”, decretou. Com certeza essas duas farpas tiveram um efeito salutar na qualidade da minha redação.

Devo também mencionar Bárbara Heliodora Carneiro de Mendonça, severa crítica de teatro e minha tia. Embevecido, ouvia suas conversas maravilhosas sobre o teatro elisabetano. Isso me marcou bastante.

Depois, veio o Mário Henrique Simonsen. Fui aluno dele na Fundação Getúlio Vargas. Impressionava pelo brilho, pelo rigor, pela versatilidade e pelo humor. Foi o brasileiro de maior Q.I.⁹ que jamais encontrei. Uma figura ímpar.

Como não podia deixar de ser, [menciono] o Amartya Sen, com a precisão cirúrgica das palavras e com uma cultura vasta e significativa.

Não obstante, quem realmente revolucionou minha formação intelectual foi o romeno Nicholas Georgescu-Roegen. Fui aluno dele por dois anos. Como outros colegas, fiz duas vezes seus cursos (estatística e microeconomia). Ele foi a pessoa que mais me botou para a frente, me curou das doenças intelectuais que tinha, oriundas da nossa cultura ibérica. Uma vez, passou na biblioteca e me encontrou com uma pilha de livros na mesa, que eu havia reunido para ler. Ele parou, olhou um por um, empilhou-os de volta e disse: “Mister Castro, o senhor lê demais e entende de menos”. Essa frase

9. Quociente de inteligência.

ressoa na minha cabeça até hoje. Foi um divisor de águas na minha educação. Entendi a cultura do brilhareco brasileiro. Agradeço sua sinceridade brutal. Foi uma grande lição. Eu achava que já sabia aquilo tudo que estava nas ementas dos cursos, porque já havia visto ou lido. Com sua crítica, percebi minha fragilidade. Em grande medida, mudou o rumo da minha formação intelectual.

Nessa resposta Claudio transmite sua visão de educador. O amor pela pesquisa que adquiriu com o avô, o cuidado na redação que aprendeu com a avó, o gosto por arte que recebeu da tia, o rigor no estudo graças a alguns professores, mas, sobretudo, a lição do mestre Georgescu-Roegen de que não adianta excesso de leitura sem estudo aprofundado, levando ao entendimento. Cada problema precisa ser visto de lados diferentes, fugindo da miopia lateral intelectual, da tendência de focar de tal forma um tema, por um único lado, que tira a capacidade de ver o todo e de levar em conta as múltiplas relações de cada problema com a realidade inteira. Além disso, ao citar um “mecânico de gênio” na sua formação, ele mostra que a Educação deve ir além do entendimento e induzir o gosto e o conhecimento necessários para fazer coisas, contribuir para tornar o mundo melhor e mais belo, ao mesmo tempo que permite ao próprio educador viver mais feliz e realizado.

**O
LEGADO
DO
OTIMISMO
E
DA
ARROGÂNCIA**

Cristovam: *Todos que conheço da nossa geração que foram alunos do Georgescu dizem o mesmo que você. Todos o têm como o grande guru. Por que o pensamento dele em relação aos limites ao crescimento econômico não pegou no Brasil, entre os economistas que estudaram com ele?*

Claudio: Minha impressão é que não foi só na geração a que pertenço, a primeira geração de mestres e doutores brasileiros. Fomos todos contagiados pelo Brasil de Juscelino [Kubitschek], o Brasil do otimismo, o Brasil em que tudo vai dar certo. Mas era um Brasil que ia deixando os lixinhos pela beirada, para depois alguém limpar. Esse otimismo vinha junto com a arrogância. De fato, éramos arrogantes, por sermos os poucos deuses com Ph.D. e termos bastante poder. E, além do poder, desfrutávamos de grande liberdade intelectual e de ação, mesmo sob o governo militar. Custou muito ao Brasil levar a sério algumas noções básicas – por exemplo, a de que só se deve gastar o dinheiro que se tem e quando a conta permite. Custou-lhe entender que a taxa de câmbio tem de refletir o mercado e que não é boa ideia deixar a inflação passar de certo nível. Minha geração não levou isso a sério. Eram detalhes com os quais não nos ocupávamos.

Aqui Claudio traz duas lições: a primeira, a necessidade de os “Ph.Deuses” perderem a arrogância; a segunda, a percepção das consequências da arrogância dos economistas, ao desprezarem os limites da natureza e do Tesouro. Creio que as políticas econômicas brasileiras, desde 1940, sofreram de lacunas que provocaram grande parte dos problemas que hoje enfrentamos. Identifico 11 lacunas no pensamento econômico que serviu de base às políticas econômicas do Brasil: 1) ignorar os limites ecológicos; 2) desprezar o bem-estar da sociedade; 3) desconsiderar a pobreza e a desigualdade como entraves ao crescimento; 4) ignorar o vetor educacional; 5) descuidar do avanço técnico e da globalização; 6) desconsiderar a importância do

valor da moeda; 7) ignorar o esgotamento do Estado; 8) desconhecer o fator confiança; 9) ser míope para o tempo histórico; 10) descuidar da harmonia; 11) desconhecer as características da civilização.

Nossos economistas seguiram mais John Maynard Keynes em busca do crescimento do que Georgescu em busca da harmonia e do bem-estar. Entre os muitos erros que cometemos, economistas e políticos, ao longo dos últimos séculos, um deles foi aceitar a aliança entre um pensamento econômico que não respeitava limites, ecológicos ou fiscais, e políticos que não respeitavam o tempo necessário para realizar os propósitos. A junção das promessas dos populistas com os projetos dos economistas exigiu concentrar os benefícios em uma parte minoritária da população e levou ao rápido esgotamento dos recursos, com os consequentes desequilíbrios: violência, desigualdade, inflação, pobreza extrema ao lado da riqueza suntuária.

Cristovam: *E a geração anterior à nossa?*

Claudio: Eles não tinham os instrumentos de análise; era inevitável que dessem cabeçadas. Nós tínhamos a obrigação de ter percebido isso tudo; eles não. Porque o estudo da economia é muito recente no Brasil. Lembro-me dos meus primeiros anos na faculdade. Alunos como eu, Paulo Haddad e Edmar Bacha, já no segundo ano, tínhamos a clara sensação de que sabíamos mais do que a metade dos professores. Infelizmente, era verdade. Por isso, não podemos culpar tanto os que vieram antes, pois eles não tinham com quem aprender. Nós tivemos uma chance de ouro, de ir para as melhores universidades do mundo. Essa é uma marca da nossa geração, privilegiada por oportunidades em várias direções. Sendo assim, tínhamos a obrigação de perceber muitas coisas. E não o fizemos.

Cristovam: *Acho que há duas bases conceituais no arquétipo do Brasil que nos leva às duas irresponsabilidades: com o meio ambiente e com o Tesouro público. A ideia do [Pero Vaz de] Caminha de que “em se plantando, tudo dá” [1500] leva a mensagem de que a natureza é inesgotável. E, com a escravidão, nem trabalhar os brancos precisavam. Esses dois pecados originais tiraram o senso de responsabilidade dos brasileiros. E, na maioria, os economistas refletem isso: a natureza inesgotável e o Tesouro elástico.*

Claudio: Dou um exemplo na área do meio ambiente. Passei um ano em Berkeley¹⁰ – justamente quando fui aluno do Amartya Sen. Nesse momento, preocupações com o meio ambiente já estavam borbulhando na Califórnia. Fui contaminado pelos assuntos de ecologia. Em seguida, fui para Vanderbilt¹¹. Como aluno do Georgescu, comecei a ouvi-lo dizer que o ciclo econômico não é circular, como nos manuais de economia. Pelo contrário, é unidirecional, portanto, gera entropia. Ao terminar o doutoramento, voltei para o Brasil com essas ideias na cabeça. Dando aulas sobre desenvolvimento econômico no curso de mestrado da Fundação Getúlio Vargas, falei de riscos ecológicos. Abruptamente, um aluno levantou-se e disse: “Esse negócio de meio ambiente é coisa de americano”. Veja a loteria do destino: esse mesmo aluno fez seu doutoramento em Harvard¹² e voltou ambientalista.

Cristovam: *A penetração da ideia ecológica no pensamento brasileiro foi difícil. Você citou um aluno cujo desprezo pelo meio ambiente podia decorrer do seu esquerdismo ou direitismo. A esquerda não adotou o discurso ambiental. Em 1980, escrevi um artigo com o título “O fetichismo da energia”. Mandei antes para uma revista dirigida pelo Chico de Oliveira, economista marxista. Ele devolveu com uma carta em que dizia*

10. Universidade da Califórnia em Berkeley.

11. Universidade Vanderbilt.

12. Universidade Harvard.

que “o assunto de limite ao crescimento é uma invenção do imperialismo, para impedir o crescimento do Terceiro Mundo”. Isso já nos anos 1980. Fazia mais de 12 anos do Relatório do Clube de Roma, oito da Reunião da ONU¹³ em Estocolmo, e 15 da publicação dos trabalhos de Georgescu e Ignacy Sachs. Uma exceção a esse descaso é Clóvis Cavalcanti.

Claudio: Fiquei amigo dele no Recife, durante o primeiro congresso de estudantes de economia. Ambos estávamos no terceiro ano da faculdade. De lá para cá continuamos amigos e trocamos *e-mails* com frequência.

Cristovam: *Falando ainda dos arquitetos da sua cabeça: não houve algum professor no Ensino Médio que tenha lhe marcado?*

Claudio: Poucos. Tive um professor de literatura, Antônio Sales, que, curiosamente, virou padre adiante. Nas suas memórias, que acabam de ser publicadas, Simon Schwartzman aponta para o mesmo professor como o mais interessante que teve à época.

Em retrospecto, se houve milagre, foi eu ter dado mais ou menos certo, depois de haver estudado em tantas escolas ruins. Comecei em um ginásio do interior. Pior, tive um professor muito ruim, que me prejudicou pela vida afora. Brigávamos o tempo todo. Houve até conflitos em que chamou a polícia. Parece incrível, não é?

Quando fazia a pesquisa de campo para minha tese, ele foi sorteado na amostra. A cicatriz era tão profunda que se recusou a responder à entrevistadora, dizendo que não nos entendíamos bem. Isso atrapalhou demais minha matemática, pois era o que ele ensinava. Tenho até hoje muita dificuldade com números, nem tanto com os grandes conceitos da matemática – até que sou bastante proficiente em estatística, mas, com números, congelo. Quando estava fazendo meus *qualifiers* de economia – exame final da parte teórica do doutoramento –, em uma prova que dura quatro horas,

13. Organização das Nações Unidas.

havia oito professores e eu, lá do outro lado da mesa. Veio então uma pergunta sobre teoria do investimento. A resposta da pergunta finalizava com uma divisão: 10.000 por 5 . Tentei por longo e penoso tempo, mas não houve maneira de fazer a conta. Até hoje não consigo nem somar no quadro-negro. Peço aos alunos que façam os cálculos. Fico paralisado. Às vezes, até chego a dizer que fiz um doutorado para poder confessar que não sei fazer conta.

Essa reminiscência pedagógica de Claudio nos transmite duas lições: até ele teve dificuldades de relacionamento com professor e, sobretudo, devemos respeitar as características dos nossos alunos. Apesar de ser um dos mais renomados economistas do país e familiarizado com o uso da matemática, ele não se dá bem com contas. A pedagogia tem de entender as características específicas de cada aluno. Imagine se, por não saber tabuada, ele fosse reprovado uma vez ou duas e tivesse abandonado a escola.

A IMPORTÂNCIA DAS HUMANIDADES

Cristovam: *Estou confundindo você com o Bacha ou sua mãe foi poetisa?*

Claudio: Foi minha avó, Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Mas o Edmar Lisboa Bacha também tem uma parente respeitada nas letras, a Henriqueta Lisboa.

Cristovam: *Essa sua avó era esposa do avô que lhe ensinou o valor da pesquisa histórica e era jogador de futebol?*

Claudio: Isso! Marcos Carneiro de Mendonça.

Cristovam: *Pelo lado materno ou paterno?*

Claudio: Materno.

Cristovam: *E você conviveu com esse seu avô por muito tempo ou ele faleceu quando você ainda era jovem?*

Claudio: Por muito tempo. Ele se foi próximo dos 94 anos. Até um mês antes da sua morte, trabalhava em tempo integral nas suas pesquisas históricas. Estava aflito para terminar um novo livro. Lembro-me dele dizendo, quando já tinha 80 e muitos anos: “Hoje eu fiz gazeta; fui assistir futebol na televisão”.

Cristovam: *Você, quando jovem, lia filosofia?*

Claudio: Lia, mas bem menos do que gostaria e deveria. Primeiro, porque minha formação começou muito do lado técnico. Sempre gostei de marcenaria, de mecânica e de ferraria – até hoje saberia temperar uma talhadeira. Então, lia muito sobre esses assuntos. Ainda tenho minha oficina – aliás, magnífica. Esse foco tecnológico polarizou muito minha vida. Lá pelos 15 anos, estudei eletrônica por correspondência, mas, quando cheguei aos 16 ou 17, comecei a

ler mais sobre ciências sociais e literatura. Já na faculdade, que cursava em tempo integral, lia muito sobre múltiplos assuntos.

Hoje estou tentando ler o que não li na juventude. Aos poucos, fui me convencendo de que temos um aleijão na nossa Educação: a fraqueza da formação nas humanidades. Diante disso, quando desenhei a Faculdade Pitágoras, 38% da carga horária era Educação geral, incluindo sociologia, antropologia, economia, literatura e ética. Acho que minha formação foi prejudicada por essa distorção, por isso tento propor a todos uma formação mais forte em humanidades e ciências sociais. Agora mesmo estou montando um curso para preparar diretores de escolas, que inclui um módulo de literatura, um de pintura e um de música.

Cristovam: *Quando li Meus filósofos, de Edgar Morin, fiquei muito surpreso ao tomar conhecimento de que Beethoven foi fundamental na formação dele, não no gosto musical, mas na maneira de pensar. Você falou sobre a importância da literatura, das artes, da música na Educação, inclusive de cientistas e de engenheiros, e, também, que estamos pobres em humanidades. Eu acho que estamos pobres em humanidades e muito pobres em matemática e ciências.*

Claudio: Sim, mas nas ciências e na matemática, pelo menos, há um esforço para melhorar. Nas humanidades, nem existem as disciplinas correspondentes. O assunto não está no radar dos educadores.

Cristovam: *Sobretudo literatura é fundamental. Fazendo uma diferença que não deveria existir entre os dois verbos, acho que ler é mais importante do que estudar. Quando pais me pedem para qualificar um colégio, eu digo: “Veja quantos livros a escola indica por mês para serem lidos. Isso diferencia escolas”.*

Claudio: Ler é abrir a cabeça; estudar pode fechar a cabeça para pensar no assunto proposto.

Cristovam: *Quem lê estuda, mas nem todos que estudam leem. Há o chamado analfabetismo contemporâneo, que é a incapacidade de ler e entender o mundo moderno para viver bem, o que implica ter renda, emprego, saber buscar a felicidade e ajudar seu país e o mundo a ficarem mais belos e melhores. O analfabetismo contemporâneo é a maior característica da escola brasileira hoje. Não só temos 12 milhões de analfabetos plenos, que não sabem ler nem o lema da bandeira. Temos também o analfabetismo contemporâneo de não falar mais de um idioma, de sair do Ensino Médio sem ter um ofício, provavelmente até manual, sem saber ser marceneiro feito você é, sem saber ser instrumentador de hospital ou dos equipamentos de teleinformática ou mesmo um DJ. Depois de sair da escola, é preciso ter noções de matemática e de ciências, saber e gostar de ler e entender literatura, e, principalmente, ser capaz de continuar aprendendo.*

Claudio: Acima de tudo, para não ser atropelado pelos dilemas, pelos labirintos e pelas obscuridades do que vem aos trambolhões por aí e desaba à nossa frente.

**A
ORIGEM
DO
NOSSO
ATRASSO
EDUCACIONAL**

Cristovam: *As pessoas não estudam ou o estudo não as orienta. Por que o Brasil é tão atrasado e tão desigual do ponto de vista educacional, em comparação com outros países? Por que, na sua opinião, temos essa situação?*

Claudio: Costumo começar esse tipo de discussão dizendo o seguinte: o grande problema da nossa Educação não é o que nossa geração está fazendo errado; é o que nossos antepassados deixaram de fazer, durante quatro séculos. Somos atrasadíssimos em matéria de Educação. No século 18, não se tem certeza, mas provavelmente era da ordem de 3% a população que sabia ler. No início do século 20, seriam 10% ou 15% os que sabiam ler. Apenas em meados daquele século é que metade da meninada foi para a escola. Fica claro, então, que não temos um bom passado de Educação. O que havia era ruim e pouco. Agora, pelo menos, é ruim e muito. Estamos bem melhores do que antes. Ao contrário do que muitos pensam, nunca tivemos uma escola tão boa como a de hoje. Portanto, a meu ver, grande parte do nosso problema se origina no pauperismo da nossa Educação passada. Os primeiros sistemas educativos apenas apareceram em algumas capitais ao fim do século 19.

Esse oco no passado é um grande passivo. Não ter bons modelos para copiar é outro. A sociedade não tem uma ideia clara do que é uma escola excelente. Mesmo as que estão no topo do Pisa¹⁴ brasileiro – em geral privadas – formam alunos cujo desempenho corresponde, mais ou menos, à escolaridade da classe operária europeia. No fundo, não sabemos o que é uma Educação de qualidade.

Não conseguimos convencer a sociedade de que uma Educação de qualidade é essencial para o mundo com que sonhamos, um mundo de mais crescimento, mais riqueza, mais qualidade de vida e com tudo o que vem junto. É isso que permite um contro-

14. Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

le social democrático em uma sociedade politicamente madura. Acho que começa por aí, pela falta de um passado com boas tradições educativas.

O que tivemos nos últimos 50 anos? Uma correria maluca para recuperar o tempo perdido, os quatro séculos vazios de Educação. Diante da pressa, muitos estão fazendo tudo ao mesmo tempo. Felizmente, há muito movimento e muita ação. No entanto, há também um movimento browniano, que sacode, sacode e não sai do lugar.

Cometem-se muitos erros, porque, quando se faz tudo muito depressa, quando se tenta resolver tudo ao mesmo tempo, os equívocos são inevitáveis, e essa é uma área onde o erro é difícil de consertar. No geral, os sistemas de governança são muito fracos – diria até que são perversos. Pela minha cabeça, são essas as principais razões que explicam nossos problemas com a Educação.

Cristovam: *Podemos dizer que a história do Brasil é órfã de Educação?*

Claudio: Sim, é órfã de Educação. Veja o seguinte exemplo do nosso pauperismo educativo: muitos dizem que a expulsão dos jesuítas [1759] lesou a Educação do Brasil. Quantas escolas os jesuítas teriam? Se fecharam as três ou quatro que mantinham, foi isso que atrapalhou a Educação no Brasil? Se foi esse o caso, pode-se imaginar o tamanho do resto da nossa Educação. Pensemos bem: que tanta Educação havia no país para que o fechamento de três ou quatro escolas acabasse com a Educação brasileira?

Essa reflexão de Claudio é muito apropriada para hoje, quando se alega que o surto de covid-19 atrasou e fez desigual a Educação no Brasil. O que havia para destruir era pouco; a desigualdade era tão brutal que é difícil imaginar que piorou, ainda que tenha piorado o que já era péssimo. A pandemia desnudou o atraso e a desigualdade. Mostrou como estávamos despreparados para priorizar a abertura

das escolas e como esse despreparo se manifestou de modo desigual de acordo com a renda e o endereço do aluno. O Brasil não aproveitou a expulsão dos jesuítas para fazer um sistema laico de qualidade. Perdemos 250 anos; esperemos que no século 21 sejamos capazes de despertar para a pobreza da nossa Educação.

**AVANÇOS
E
OMISSÕES,
MUITAS
OMISSÕES**

Cristovam: *Nossa geração de doutores conseguiu melhorar o Brasil?*

Claudio: Acho que sim. Éramos um grupelho aguerrido e idealista. Voltávamos do doutoramento com a missão de consertar o Brasil. O momento era de otimismo e achávamos que nada nos conteria. Não foi bem assim, mas muita coisa fizemos.

Nosso primeiro e mais espontâneo impacto foi criar uma pós-graduação de padrão mundial. Temos dezenas de doutorados que estão em um padrão que se compara com europeus ou americanos. Note-se bem, os Estados Unidos têm 5 mil instituições de Ensino Superior, e apenas 50 são consideradas de primeira linha. Então, não é correto reclamar que as nossas não atingem o nível dessas 50, das quais quase a metade está entre as 20 ou 30 melhores universidades do mundo. Poucas outras têm esse padrão.

A proeza de sair do nada e criar uma pós-graduação robusta não foi menor. Passamos do nada para o 12º ou 13º lugar em pesquisas publicadas em periódicos internacionais. Temos também realizações muito expressivas na área da tecnologia, como a invenção da agricultura tropical de alta produtividade. Isso é uma criação brasileira, ninguém tira esse mérito dos nossos pesquisadores. Dito de outra forma, esses Ph.Ds. que voltaram com cabeça de Ph.Ds. fizeram outros Ph.Ds. O sistema se desenvolveu, brilhantemente, com cursos de muito boa qualidade – nem todos, é claro. Você foi professor, eu fui professor, nós criamos uma pós-graduação respeitável e que, de certo modo, é a grande arma que o Brasil tem para fazer os consertos necessários.

Em segundo lugar, substituímos os “brasilianistas” na interpretação da nossa realidade. Nada errado com eles, que continuam dando uma séria contribuição. Porém, não somos mais reféns da pobreza intelectual que nos fazia depender de pesquisadores estrangeiros para entender nosso próprio país.

Em terceiro lugar, fizemos uma revolução profunda, mas discreta, no topo da administração econômica do governo federal. Ali a meritocracia se implantou de maneira séria e os processos deci-

sórios passaram a refletir mais critérios técnicos. Os estilos de funcionamento se distanciaram das clássicas burocracias de Terceiro Mundo. O aspecto mais positivo dessas mudanças é que houve uma progressiva migração dessa nova forma de governar para os outros ministérios e para os governos estaduais.

Entretanto, fomos omissos em muitas áreas. Cuidamos do topo. Para baixo, na Educação de base, pouco aconteceu de bom. Houve expansão, é verdade. Antes, pouquíssimos iam para a escola. Hoje, virtualmente, todos vão. O problema é que aprendem muito pouco. Não estou dizendo nada de novo, é o que todos sabem.

Na Educação, nossa geração falhou por não olhar para o lado de baixo da Educação. Apenas reproduzimos as excelências do sistema de pós-graduação que havíamos conhecido no exterior.

Mas voltemos ao tema da desigualdade. Quando isso é na Educação, leva tempo para ser consertado, e nós não tivemos esse tempo. Por assim dizer, nos últimos 50 anos, o desafio era botar toda a meninada na escola. Isso foi uma grande revolução, ainda que tardia, e, de fato, é um fator de redução da desigualdade. No entanto, falta fazer com que essa escola não seja tão ruim para aqueles que estão no andar de baixo da pirâmide.

Síntese fundamental de Claudio: “Apesar do que fizemos nos últimos 50 anos, não conseguimos desenvolver nossos cérebros”. Não cuidamos das nossas crianças nos primeiros anos antes da escola. Entregamos a escola de base aos municípios pobres e desiguais em recursos fiscais, humanos, culturais e gerenciais. O resultado é que, apesar de 97% das crianças estarem matriculadas – o que ainda deixa mais de 1 milhão sem jamais entrar em uma instituição de ensino –, no máximo 20% delas assistem às aulas, permanecem na escola, aprendem o necessário e usam o que aprendem. A consequência é que dezenas de milhões de cérebros ficam para trás. O conhecimento perde esses milhões antes mesmo do vestibular e muitos

não concluem o curso universitário por falta de formação básica, sacrificando o potencial da graduação e da pós-graduação, apesar do esforço feito. É como se, antes de fazer a escolha para os jogadores da seleção brasileira de futebol, condenássemos nossas crianças a não terem contato com a bola, as quadras e as regras desse esporte. Nessas condições, não seríamos campeões mundiais. É por isso que não temos Prêmios Nobel.

Cuidamos da qualidade para poucos, desprezamos a base e perdemos milhões deixados para trás, inclusive gênios em potencial. Avançamos ampliando brechas: entre a Educação dos pobres e a dos ricos, entre a nossa Educação e a de outros países e, sobretudo, entre o que ensinamos e o que deveria ser ensinado. Há 30 ou 50 anos os pobres não estavam na escola e agora estão, mas a Educação dos ricos melhorou mais rapidamente do que a deles. Hoje pode haver escola pública com uma aula semanal de inglês, mas as classes médias e altas colocam seus filhos em escolas bilíngues e os mandam fazer intercâmbio no exterior. Apesar de agora os pobres irem à escola, a brecha não está diminuindo. Mais preocupante é a brecha entre a necessidade de conhecimento, que avançou muito rápido, e o conhecimento que estamos disponibilizando. De certa forma, ainda que a Educação avance, não estamos diminuindo o analfabetismo contemporâneo.

INVISIBILIDADES

E

OUTROS

GRAVES

DESCASOS

Cristovam: *Você concorda que melhoramos, mas aumentando a brecha entre a Educação dos pobres e a dos ricos e entre o que ensinamos e o que deveríamos ensinar?*

Claudio: Concordo, mas apenas em parte. De um lado, reduzimos drasticamente a brecha quantitativa. Quase todas as crianças estão na escola. Continua crescendo o número de anos de presença dos alunos na escola. A matrícula no Ensino Médio está aumentando muito lentamente, mas está. Por fim, houve uma explosão da matrícula no Ensino Superior.

Tudo isso aconteceu e devemos festejar. No entanto, a qualidade ainda é penosamente inadequada. Pior, como você comentou, há outras diferenças que não são captadas pela agenda oficial da Educação. Sabe inglês ou não sabe? Fez intercâmbio ou não fez? Há uns anos, a revista *Veja* identificou pessoas que se destacaram em umas 15 profissões, e era enorme a proporção delas que havia feito intercâmbio. Porém, como um aluno pobre poderia fazer intercâmbio? Não vai, nem sabe que existe. Em outras palavras, há outras diferenças que não são quantificadas ou lembradas. Elas se somam à diferença de pontuação na Prova Brasil, tendo como efeito separar ainda mais o pobre do rico. Mas, como havia mencionado, a solução leva tempo, muito tempo.

O superlativo sistema educacional americano nasceu nas escolinhas da Nova Inglaterra, no século 18. Elas serviam a comunidades muito homogêneas e bem-educadas. Como eram todos protestantes fervorosos, seus filhos tinham de aprender a ler a Bíblia. Tanto é assim que, naquele século, os Estados Unidos tinham o mais alto nível de escolaridade do mundo, maior do que o da Europa, que era muito mais heterogênea.

Não foi nosso caso. Partimos de uma sociedade desconjuntada, criada a partir de uma matriz étnica muito caótica. Pensando bem, conseguir fazer o que conseguimos foi quase um milagre. Como é que o Brasil conseguiu? Fomos colônia de um dos países mais atrasados da Europa, e entraram na formação do nosso povo mais

dois grupos étnicos – os africanos e os índios. Para nossos padrões, estavam em um nível de civilização muito mais atrasado. Ainda assim, exagerando, como conseguimos fazer essa maravilha que está diante de nós? Faz pouco mais de um século, éramos muito, mas muito pobres e atrasados. Poucos se lembram disso. Porém, crescemos. E note-se que nenhum país do mundo passou à frente do Brasil – ou já estavam na frente, ou continuaram atrás. Ao cabo desses anos, saímos da vala comum e estamos equilibrados em um nível intermediário e incômodo, mas bem melhorzinho.

Cristovam: *Nosso erro foi não ter cuidado da Educação de base?*

Claudio: De fato, não nos preocupamos com a distribuição de renda, e acontece que ela é caudatária da má distribuição da Educação. As duas andam juntas. Daí a imaturidade intelectual e comportamental da nossa sociedade.

Dentre nossas fraquezas, há que lembrar o descaso pelas contas públicas. Não praticamos, no nível macro, os princípios de contabilidade que qualquer quitandeiro entende. Subestimamos o custo econômico e social da inflação e fomos lenientes com ela. Dever e não pagar também não é boa ideia, tampouco não pagar as contas. No fundo, nossa geração de doutores nunca levou muito a sério esses princípios “caretas” de gestão da coisa pública. Sempre achamos que “depois a gente vê” e “quando formos ricos, cuidaremos desses detalhes”. Nos anos 1970, em uma discussão pública sobre indústrias poluentes, um ministro afirmou que naquela fase do nosso crescimento era boa ideia importar poluição.

Há outro aspecto que minha geração de mestres e doutores subestimou: a necessidade de fazer com que o avanço econômico fosse acompanhado por mudanças no marco legal. Deixamos em segundo plano os ajustes na legislação trabalhista, na reforma da Previdência, nas mudanças no marco fiscal e na simplificação burocrática. Fomos omissos diante desses problemas. Isso porque ficamos deslumbrados demais com as taxas de crescimento, que,

de resto, eram espetaculares, as mais altas do mundo. Ignoramos muitas falhas importantes. Deixamos passar bombas-relógio que estão lá, nos fundamentos da sociedade, e que, de uma forma ou de outra, são afetadas pelo marco regulatório. Não brigamos para mudar leis. Não usamos nosso capital intelectual e político para insistir mais em mudanças das regras do jogo.

Nesse ponto, foram brilhantes os economistas chilenos, os “chicagões”, como se dizia. Aproveitaram um regime ditatorial muito duro para fazer reformas em profundidade no marco legal da sociedade. Um pequeno exemplo, olhando para a Educação Superior: o Chile é o único país da América Latina que tem uma Educação Superior com uma estrutura pensada e bem coerente. Em comparação com as confrontações sociais violentas no Chile, o Brasil teve um regime militar muito mais suave. Mas infelizmente não fizemos o que fizeram os chilenos, que foi reescrever um bom pedaço do marco legal da sociedade. Nossos economistas não foram suficientemente responsáveis no que se refere à realidade da aritmética da contabilidade fiscal e da contabilidade ecológica, nem ao papel da Educação como vetor do progresso. Preocupamo-nos apenas em crescer no curto prazo, sem considerar o risco da insustentabilidade: monetária, pela inflação; ecológica, pelo desequilíbrio do meio ambiente; educacional, pela falta de conhecimento. Não percebemos o risco de esgotamento por insuficiência de investimento, por excesso de endividamento, nem a entropia ecológica e educacional. Dizíamos que tudo isso era responsabilidade dos políticos e lhes explicávamos por que investir mais para viabilizar a indústria automobilística do que para implantar um sistema nacional de Educação de qualidade. A melhoria na qualidade da Educação não se reflete na taxa de crescimento da economia de um ano para outro – só depois de 20 ou 30 anos. Economistas e políticos fizeram uma aliança pelo curto prazo. E acreditamos que a riqueza distribui renda e que esta distribui Educação, no lugar de perceber que a Educação de todos aumenta a produtividade, cria riqueza e distribui renda. Não é a distribuição de renda que distribui Educa-

ção; é a Educação de qualidade igual para todos que leva à distribuição de renda.

ALGUMAS COMPARAÇÕES

Cristovam: *Quando comparado com a Argentina, com a Venezuela ou com o Brasil, o Chile está muito mais arrumado e capaz de dar um salto. A Argentina se perdeu em opções parecidas com as brasileiras: o populismo fruto da aliança entre políticos eleitores e economistas apressados.*

Claudio: A Argentina é um grande mistério. Como é que o Brasil de hoje praticamente empata com nosso vizinho, um país que, em 1910, tinha uma renda *per capita* 4,7 vezes superior à nossa?

Cristovam: *É, mas por que não compararmos o Brasil com a Coreia do Sul? Quarenta anos atrás nossa renda per capita era duas vezes maior que a deles. Hoje a nossa é a metade.*

Claudio: Nesse ponto, vamos concordar em discordar. A Coreia é um país antigo, com uma civilização caudatária da chinesa. Consideremos que criou sua primeira universidade no ano 400; as europeias e árabes só apareceram no Medieval tardio.

Cristovam: *Sim, mas a renda per capita era baixa.*

Claudio: Era baixa porque a agricultura era pobre, a terra produzia pouco e era um país abarrotado de gente.

Continuemos a explorar sua história. Por volta de 1200, a Coreia inventou uma impressora tão apta quanto a de Gutenberg. Antes mesmo da imprensa, mais ou menos em 1100, resolveu aumentar sua produtividade agrícola. Para isso, encomendou um manual de boas práticas e distribuiu para os agricultores. A produtividade subiu! Mesmo hoje a Embrapa¹⁵ não conseguiria tal proeza, e as Emater¹⁶ tampouco poderiam mandar livros e esperar avanços na produtividade. Vale mencionar que a Coreia é o único

15. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

16. Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

país que inventou um alfabeto do zero. Foi criado na prancheta pelo imperador – assim consta. Esse alfabeto fonetizou um dos muitos dialetos chineses, que é o coreano. Para concluir, a Coreia não era atrasada de maneira alguma. O consumo *per capita* era baixo, assim como em todos aqueles com excesso de população. Embora o padrão de vida fosse muito modesto, em muitos outros planos, era um país extremamente avançado. Por volta de 1600, adotou o sistema chinês pelo qual os governadores de província eram escolhidos por concurso. Em conclusão, não me parece correto comparar o Brasil com a Coreia, sobretudo quando se faz isso partindo do pior momento da sua história. Foram 50 anos sob o jugo do Japão, seguidos de uma guerra civil horrorosa. Nem madeira para fazer os pauzinhos de comer havia; com sua escassez, passaram a ser de metal – e até hoje são assim.

Cristovam: *O que você está dizendo é que foi a Educação que fez a Coreia, mas não a partir dos anos 1970, e sim lá de trás. É isso?*

Claudio: Dois mil anos atrás, pelo menos. Veja bem, a Coreia e a China são países muito parecidos, tanto é que algumas províncias chinesas falam o mesmo dialeto coreano. No desenvolvimento do Japão, a monumental influência da China ajudou a fazer o país que conhecemos, e essa influência cultural veio por terra, através da península da Coreia. Em outras palavras, foi a Coreia que trouxe a civilização chinesa para o Japão. Sua história é muito rica e parecida com a chinesa. Afinal, eram vizinhos de porta.

Cristovam: *Quer dizer que a Coreia adotou o confucionismo?*

Claudio: O pacote completo. Era tudo muito parecido com a China.

Cristovam: *O respeito ao mérito que o Brasil não costuma ter.*

Claudio: O respeito ao mérito e o respeito à tradição têm a ver com o confucionismo. É bom lembrar: são heranças de viver em um mundo malthusiano. O tamanho da população é mecanicamente determinado pelo que produz a agricultura. Reconhecamos, não é nada agradável viver em um país em que não há comida para todos e, portanto, muitos não sobreviverão. Mas, por outro lado, obriga a sociedade a se organizar de maneira mais eficaz. Como o Japão e a China, a Coreia é um caso clássico de equilíbrio malthusiano.

Cristovam: *Houve um professor do Ensino Médio que me marcou. Ensinava história e deu uma aula que até hoje lembro, sobre o repto dos gregos. Os países que têm escassez fazem o repto e enfrentam as dificuldades. Os gregos viviam em uma região tão seca, de deserto quase, que tiveram de desenvolver o intelecto. Muitos anos atrás, li um artigo do Gerardo Mello Mourão, que era correspondente do jornal Folha de S.Paulo na China – estou falando dos anos 1980. Ao comentar a culinária chinesa, ele escreveu: “O que faz uma culinária rica é a natureza pobre”. Onde a natureza é muito rica, não precisa colocar a cultura para fazer as coisas ficarem gostosas: você põe sal na carne, está pronta a culinária. Os chineses tiveram de comer e dar gosto a tudo. Tudo passa a ter gosto, graças à cultura da culinária.*

Claudio: E, principalmente, comer tudo o que há em volta. Na China se costuma dizer: “Se tem quatro pernas e não é mesa, então se come”.

Cristovam: *Quero voltar para as melhoras que tivemos. Assisti a um vídeo na televisão sobre Morte e vida severina [de João Cabral de Melo Neto]. O jornalista Gerson Camarotti fez o percurso como se fosse o personagem do poema, indo do sertão para Recife, contando a história que Chico Buarque de Hollanda transformou em obra sublime, graças à música que colocou. O Camarotti fez entrevistas no caminho, e me impressionou como todos falavam em desejo por Educação. Tenho a im-*

pressão de que isso é novo no Brasil, esse despertar para a importância da Educação.

Claudio: Esse desejo por Educação, por ir à escola, ainda é o desejo por obter diplomas. É preciso converter isso em desejo por Educação de qualidade. Mas ela tem preço alto: a intensidade da dedicação, por longos anos. E isso nós não conseguimos ainda. O brasileiro despertou para a Educação, ao contrário de outros lugares do mundo, onde cresceu o desinteresse. Em certos países da África, por exemplo, a matrícula está até caindo. No Brasil, não há desinteresse pela Educação. O descompromisso é com Educação de qualidade. Lembremo-nos: no fundo, o caminho da qualidade é muito penoso; não há Educação de qualidade que não exija um esforço extraordinário de todos.

Dois pontos de Claudio merecem atenção: “É preciso converter desejo por Educação em desejo por Educação de qualidade” e “Conquistar Educação de qualidade exige muitíssimo mais esforço do que obter um diploma”. Isso vale para cada pessoa e ainda mais para um país. Anos atrás fui à Irlanda e pedi ao nosso embaixador à época, Stelio Amarante, que visitasse a cidade de Cork, onde em 1970 os líderes nacionais, políticos, empresários e sindicalistas fizeram um acordo para priorizar a Educação nos 30 anos seguintes. Ele me disse que não poderíamos ir; a cidade era longe de Dublin e levaríamos horas de viagem, porque a estrada era muito ruim. Perguntei como explicar a estrada ruim depois de todo o êxito da Irlanda a ponto de ser considerada “o Tigre Celta”. Ele respondeu: “Por isso”. Deixou passar uns segundos e completou: “Investiram em Educação. Não priorizaram estradas. Agora estão pensando nisso”. Fizeram o esforço extraordinário citado por Claudio, definiram prioridades e fizeram opções. O Brasil não tem mania por Educação. Aqui, para viabilizar a indústria au-

tomobilística, priorizamos as estradas, não as escolas, sem precisar de acordo formal da sociedade. Até hoje, ainda que com desejo por Educação, se houver consulta, a mesma população que quer escola dificilmente aceitaria sacrificar outros gastos para priorizar a Educação.

DIPLOMA

X

EDUCAÇÃO

DE

QUALIDADE

Cristovam: *Tenho um grupo que se reúne para tentar promover a mania por Educação no Brasil. Quem às vezes nos ajuda é o Washington Olivetto. Convidamos também a Glória Perez para ver como colocar a mania por Educação nas telenovelas. Assistindo àquele programa do Camarotti, pensei que essa mania está surgindo naturalmente. Mas você tem razão: ainda é desejo por ir à escola, por ter um emprego facilitado depois pelo diploma. Não há desejo pela qualidade, nem predisposição ao esforço necessário para adquirir Educação. Não se vincula Educação à quantidade de conhecimento. As pessoas querem a posse do diploma, sem preocupação com o conhecimento que ele reflete. Do jeito que havia a ideia do carro popular, inventou-se o diploma sem esforço e talento.*

Claudio: Da minha perspectiva, brincando um pouco, Olivetto é meu candidato a ministro da Educação. Isso porque o principal papel do ministro da Educação é vender a ideia de Educação de qualidade, e ele, com outros publicitários, tem a visão de como vender ideias. É isso que o MEC¹⁷ pode melhor fazer. Quem opera escolas são os municípios e os estados.

Cristovam: *Para isso, precisamos de um Ministério da Educação de Base, porque o MEC só cuida do Ensino Superior e de algumas escolas técnicas.*

Claudio: Faz sentido. Na França é separado. Meu medo é que o Ministério da Educação Superior se junte com a gestão de ciência e tecnologia. O Ensino Superior é um elefante diante de um ratinho, a ciência. Esse casamento seria fatal para a ciência e a tecnologia. Aliás, na França, o Ministério da Educação Superior não tem responsabilidades diretas na ciência e na tecnologia. Garantindo essa separação, concordo com você.

17. Ministério da Educação.

Cristovam: *Não defendo juntar com ciência e tecnologia. Sou a favor de fechar outros ministérios e abrir um só para o ensino de base e outro para o Ensino Superior. Mas, se não for possível, é melhor juntar o Ensino Superior com ciência e tecnologia do que deixar o país sem um ministério que cuide da Educação de base. O Enem¹⁸ foi criado para avaliar o Ensino Médio e ninguém nem sabia que existia. Quando virou porta de entrada para o Ensino Superior, o assunto foi parar nos jornais e televisões. Ninguém nem se lembra da relação com o Ensino Médio; só se pensa na universidade.*

Claudio: De acordo, mas insisto: desde que não se misture Ensino Superior com ciência e tecnologia. Se isso acontecer, nossa pobre pesquisa será atropelada por agendas poderosas dos atores que se envolvem nas faculdades e universidades.

Dito isso, vejamos o enguiço clássico da situação atual. Em um ministério, as pessoas que estão na cabeça de cada pedaço dele refletem o nível de liderança, sofisticação e preparação que correspondem àquele pedaço. Sendo assim, quando consideramos os quadros administrativos da pós-graduação, onde estão a Capes ou a Sesu¹⁹, eles têm um nível de presença, de liderança, de capacidade de operar na burocracia que é muito superior àquele que corresponde aos quadros que lidam com o Ensino Primário ou Secundário (insisto na velha nomenclatura, por protesto contra a tendência de mudar de nome, em vez de consertar). Mas aí o que acontece? Esse pedaço de baixo não tem poder dentro do ministério. Quem tem poder é a Educação Superior, não só pelo prestígio e pelas clientelas, mas pela qualidade intrínseca das pessoas que são responsáveis por ela.

Cristovam: *Os pobres e desiguais prefeitos nem conseguem falar com o ministro, mas os reitores conseguem, os donos de universidade privada também. Indubitavelmente, para ser questão nacional, a Educação de*

18. Exame Nacional do Ensino Médio.

19. Secretaria de Educação Superior.

base precisa estar no centro do poder. Minha dúvida é onde a gente coloca o Ensino Profissionalizante, que é uma preocupação com a qual você é muito identificado.

Claudio: Quando estava no Banco Mundial, visitei um bom número de países caudatários da França, africanos ou árabes. Lá, como na França, eles têm um ministério separado para a formação profissional, o Ministère de la Formation Professionnelle. É assim na Argélia, no Marrocos e na Tunísia. É uma solução interessante. Isso porque na formação profissional aconteceria a mesma coisa que acontece dentro do MEC, entre a formação superior e o ensino de base. Observa-se uma discrepância de *status*. Se você puser a formação profissional dentro do Ministério da Educação, ela será tratada como o primo pobre. Seu *status* é baixo. É o primo que não tem direitos, não abre a boca, não reivindica, não consegue nada. Pergunto: por que o Prouni²⁰ e o Fies²¹ não incluem os tecnólogos? Afinal, sua clientela é bem mais modesta. O tecido sociológico do ministério faz com que esse seja o setor pobre. Por que isso não acontece no Senai²²? É simples: porque, tradicionalmente, o Senai não tem Educação acadêmica de maior *status*. O Senac²³ é a mesma coisa. Isso permite valorizar o que faz: a formação profissional. A formação superior nessas instituições está crescendo, mas ainda é limitada. Ainda assim, em algumas delas, com cursos mais sofisticados, já se observam ameaças na formação de operários. Criam-se na instituição o andar de cima e o andar de baixo. Começam a aparecer os Ph.Ds. nos cursos de tecnólogos e na pós-graduação. Sobretudo nos institutos de tecnologia, os doutores já olham meio de cima para baixo para a formação profissional clássica. Fui visi-

20. Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação.

21. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior do Ministério da Educação.

22. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

23. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

tar uma escola, por sinal muito boa, que tinha um bom número de Ph.Ds. Eram cientistas fazendo suas pesquisas. Durante a visita, me mostraram tudo, menos o curso de formação profissional que faz parte da escola. Terá sido um esquecimento?

Cristovam: *Foi um erro quando transformaram as escolas técnicas nos institutos tecnológicos?*

Claudio: Sem dúvida. Faltou responder à seguinte pergunta: quem vai fazer o serviço que faziam as escolas técnicas?

Cristovam: *Quem vai apertar os parafusos com a força certa?*

Claudio: Um oficial mecânico, um eletricista ou um marceneiro precisam de uma formação bastante complexa. Não é só destreza manual; há um lado dessas profissões que exige uma cabeça afiada. Li um livro interessante de um americano que fez o doutoramento em ciência política na Universidade de Chicago. Ele foi trabalhar em um *think tank* de pesquisas de opinião, mas achou aquilo muito chato e abriu uma loja para consertar motocicletas velhas. Refletindo sobre as duas experiências, ele afirma no seu livro ter de pensar muito mais na oficina do que no *think tank*. O grande paradoxo é que seu emprego anterior, em uma empresa classificada com a palavra *think*, exigia menos cabeça. Ele lidava com protocolos fixos, que achava meio repetitivos. Com as motocicletas, cada caso é um caso e exige, em todos os momentos, a solução de um problema diferente. A mão e a cabeça estão se falando o tempo todo. Mas isso é muito difícil de ser entendido pela sociedade brasileira, pois é uma sociedade ibérica, preconceituosa e hierarquizada. E tivemos, como prejuízo adicional, a escravidão.

O que esse trecho da entrevista confirma, segundo Claudio de Moura Castro, é a percepção de como a visão elitista brasileira prioriza a universidade como criadora

da nobreza do diploma, não necessariamente criadora de conhecimento. Quando a República eliminou os títulos de nobreza da aristocracia, instituiu o título de doutor com o significado de indicar nobreza, não necessariamente conhecimento. Daí o fascínio pela universidade como um direito de todos. Nunca os progressistas brasileiros, de esquerda ou não, defenderam o direito de meninas e meninos pobres estudarem na mesma escola que meninas e meninos ricos. Defenderam que se facilitasse a entrada de um ou outro pobre na universidade, com cotas sociais e financiamento. Ainda fizeram a demagogia de criar um programa com o nome de “Universidade para Todos”. Em um país onde apenas metade dos jovens termina o Ensino Médio e no máximo a metade destes conclui essa etapa com qualidade, promete-se universidade para todos. Por isso se reclama que alguns terminam o Ensino Médio e não conseguem passar no vestibular ou se classificar no Enem, mas não que o país entrará no seu terceiro centenário com 12 milhões de adultos analfabetos. As forças políticas e os movimentos sociais se preocupam com aqueles que terminaram o Ensino Médio e não entraram na universidade, não com os milhões que ficaram para trás no analfabetismo contemporâneo. É importante a criação de institutos tecnológicos, inclusive de alto nível, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), mas a transformação das escolas técnicas nesses institutos, com o intuito de valorizar o diploma e o prestígio de alunos e professores, pode criar um vácuo no ciclo de formação de tecnólogos de que o Brasil precisa.

**A
IMPORTÂNCIA
DA
EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

Cristovam: *Não sei se foi você que me recomendou o livro Zen e a arte da manutenção de motocicletas²⁴. Foi você?*

Claudio: Fui eu.

Cristovam: *Você que me recomendou. Gostei muito. Defendo que todo mundo deveria terminar o Ensino Médio com um ofício, alguma profissão. Mas, nesse caso, como cuidar das escolas técnicas especiais de profissionalização?*

Claudio: Primeiro, acho que isso pode ser feito sem enfiar tudo dentro do Ministério da Educação ou dentro das escolas da rede. Pode ser criado um acerto pelo qual instituições como o Senai, o Senac ou o Sebrae²⁵ operem a parte profissionalizante desses cursos, dentro das escolas regulares. Faz muito mais sentido, porque a lógica é outra. Em uma, o desafio é colocar o pronome no lugar certo. Na outra, buscam-se a precisão de décimos de milímetro e um acabamento impecável. São carmas diferentes.

Há outro ponto que vale mencionar e que tem a ver com usar as mãos. Isso acontece no aprendizado de uma profissão. Mas usar as mãos deve ser para todos os alunos. Construir coisas é para todo mundo. Fazer, improvisar, inventar, isso também é para todos. Não precisa ser no bojo de aprender uma profissão. Medir, pesar, cortar, serrar e fazer isso tudo, com sua contrapartida intelectual, é universalmente benéfico. É um pouco do que hoje está se fazendo no STEM²⁶ ou então nessas oficinas aonde todo mundo pode ir para fazer o que quiser, os *maker spaces*.

24. PIRSIG, Robert M. *Zen e a arte da manutenção de motocicletas*: uma investigação sobre os valores. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

25. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

26. Sigla em inglês de *Science, Technology, Engineering and Mathematics* (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

Há casos em que a profissionalização é mais indicada, dependendo da localização da escola. E há casos em que a escola deve ser um lugar aonde você vai para usar as mãos. É a manualização da escola. Ao usar as mãos, desenvolve-se a cabeça.

Cristovam: *Na minha Educação de base eu tinha trabalho manual.*

Claudio: Exatamente. O trabalho manual na escola vem da Suécia. O caso é curioso. Lá, com seu inverno longo, havia uma forte tradição caseira de fazer objetos de madeira com uma faquinha chamada *sloyd*. Aí, apareceu a vodca e as famílias descobriram que era mais interessante operar um alambique em casa.

Cristovam: *Vodca?*

Claudio: Vodca, isso mesmo. O resultado foi uma bebedeira geral. Perderam-se a tradição do artesanato em madeira e os proventos da sua venda. Diante disso, decidiu-se introduzir o artesanato na escola. Daí a criação de uma disciplina ensinando a construir objetos com a tal faquinha *sloyd* e outras ferramentas. Surpresa! Como os educadores locais tinham boa cabeça, concluíram que o mais interessante não era fazer objetos para vender; pelo contrário, era a atividade manual em si, cujas consequências eram muito educativas. Assim se criou na Suécia, no século 19, a disciplina de trabalhos manuais. Com o sucesso, a iniciativa foi exportada para o mundo inteiro, até o Brasil se interessou. Alguns professores daqui foram à Suécia fazer os cursos. Mas a sociedade brasileira se encarregou de destruir uma boa ideia, tornando-a uma caricatura, salvo algumas exceções. Isso porque usar as mãos não pertence ao repertório da nossa sociedade. Quando dom Pedro 2º foi inaugurar a primeira estrada de ferro, deram a ele uma pá, para que enfiasse na caldeira da locomotiva a primeira carga de carvão. Surpresa: ele se recusou, não quis de jeito algum.

Cristovam: *No Brasil, trabalho manual é visto como trabalho para escravo.*

Claudio: De fato, nosso próprio imperador intelectual se recusou a um gesto simbólico. Provavelmente, na sua cabeça, a pá tinha outra simbologia.

Cristovam: *Pior: uma sociedade que desprezava o trabalho braçal sem valorizar o intelectual. O imperador não criou uma única universidade. As universidades americanas foram criadas desde o século 17 por pessoas ricas que doaram dinheiro para financiá-las; algumas eram até traficantes de escravos. No Brasil não temos essa visão, nem generosidade. Nossas universidades são mantidas pelo Estado ou por investidores que tentam unir o serviço educacional com retorno financeiro. Por que nós não temos mecenas dando apoio às universidades no Brasil? Uma exceção é a Fundação Lemann.*

Claudio: Em primeiro lugar, nossa tradição de Ensino Superior é diferente da alemã e da americana. Tivemos faculdades profissionais, inspiradas pela França e inauguradas com a vinda da família real. As universidades de verdade só começaram após a criação da USP²⁷, já nos anos 1930.

Vale notar: o desempenho da USP é superlativo. Previsivelmente, não é barata, sendo sempre sustentada pelos dinheiros públicos. E assim foram as seguintes. Não temos a tradição de universidades financiadas com capital privado, como nos Estados Unidos. Talvez a única exceção seja o Insper. A montagem da sua revolucionária escola de engenharia (seguindo o modelo do Olin College) foi feita com doações privadas. Quem sabe a moda pega?

É preciso lembrar que nada em Educação e cultura funciona com improvisação. Os bons resultados decorrem do trabalho de muitas gerações. Infelizmente, nossos antepassados não tinham

27. Universidade de São Paulo.

essa cultura. Esse é um lado da equação. Temos sempre de partir do zero.

Há outro lado de que ninguém fala. Insisto em dizer, com chance de estar equivocado: o Brasil deu certo, apesar da nossa Educação horrorosa. Creio que esse sucesso se instalou no nosso DNA. Não nos esqueçamos de que nenhum país do mundo cresceu mais rápido do que o Brasil entre 1880 e 1980, e isso se deu quase sem Educação. Por alguma razão, o Brasil conseguiu, durante um século, ser o país de maior taxa absoluta de crescimento – repetindo: com uma Educação fragilíssima. Sendo assim, fica difícil botar na cabeça da nossa gente que, diante das maiores necessidades e exigências tecnológicas, a economia já não funciona a contento com Educação ruim ou pouca. No passado, deu certo sem Educação. Hoje sabemos que isso não é mais possível, porque a nova economia exige um modelo diferente de produção. Não funciona mais um engenheiro, lá em cima, guiando todo mundo, em uma fábrica com produtos bastante padronizados. Para ser competitivo, a fórmula agora é outra.

Cristovam: *Há leis que dificultam a doação. Quase é preciso fazer licitação para escolher quem vai doar. Um empresário disse que prefere doar a universidades estrangeiras e enviar estudantes brasileiros para lá. Além de o dinheiro ser mais bem recebido pela comunidade, não chama a atenção das autoridades fiscais.*

Claudio: Nossa universidade está custando a se liberar de um esquerdismo adolescente. Veja-se um curioso exemplo de diferenças de atitudes, com relação à proximidade da faculdade com as empresas. Fui à Alemanha para visitar duas escolas superiores de engenharia. Lá fiquei sabendo que aceitam teses “secretas”. O aluno executa um projeto confidencial na empresa. Se o assunto não pode ser divulgado publicamente, a empresa requer confidencialidade para o documento produzido pelo aluno. Para garantir isso, o orientador assina um termo, comprometendo-se a não divulgar o

trabalho, e a universidade não permite o acesso a ele. Todos confiam no arranjo e acham isso normal.

Na verdade, as universidades foram aprisionadas por uma aliança entre a “aristocracia do diploma”, o “esquerdismo infantil” e o “corporativismo antipopular”.

Cristovam: *Sempre vi você elogiar muito a Alemanha no que se refere ao ensino profissionalizante. Você acha que é o exemplo que a gente precisa seguir nesse tema?*

Claudio: Nesse particular a Alemanha é um paradoxo. Tem o melhor ensino profissionalizante, mas sua cooperação internacional não consegue reproduzi-lo em outros países; é “incopiável”. Uma tese de um pesquisador alemão sugere que, por medo de alguma iniciativa que tivesse sabor de nazismo, propositadamente criaram-se regras complicadíssimas, envolvendo múltiplos atores. Assim sendo, o processo de gestão da formação profissional inclui o governo federal, por meio do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, e entram no processo decisório os sindicatos de operários e também os empresários, por meio dos sindicatos patronais do setor. É o melhor sistema do mundo, mas é tanta complicação que ninguém consegue fazer igual fora da Alemanha, a tal ponto que ouvi o ex-presidente do BIBB (um *think tank* da formação profissional)²⁸ dizer que haviam cancelado todas as tentativas de exportar o sistema, pelos fracassos acumulados. Dá para desenvolver versões simplificadas do sistema alemão, bem como algumas das suas inovações. Nosso Senai se beneficiou enormemente da cooperação com a Alemanha, mas aplica apenas o que é possível fazer no Brasil.

Para começar, em vez de ajudar, nossa legislação trabalhista atrapalha, no que diz respeito ao aprendizado.

28. <https://www.bibb.de/en/index.php>.

No final da Idade Média, amadureceu e foi formalizada a tradição de ensino de ofício, pelo qual o mestre prepara um aprendiz. E o sistema funciona, porque há uma necessária convergência entre o interesse do aprendiz (e seu pai) e o interesse do mestre ou da empresa. Esse segundo lado compromete-se a ensinar corretamente um ofício, desde que o salário do aprendiz seja baixo o suficiente para justificar o tempo que o mestre e a empresa vão gastar nisso. Do lado do candidato a aprendiz de ofício, talvez tenha até de limpar latrinas, mas no final sairá muito bem formado. Em todos os países em que a aprendizagem via mestre-aprendiz funciona bem, a equação fecha, é boa para os dois lados. Tanto é assim que, durante muito tempo, não existia na Alemanha uma lei prescrevendo que as empresas seriam obrigadas a contratar aprendizes; havia, naturalmente, uma legislação regulamentando o processo de aprendizagem. De fato, boas regras são necessárias, mas é essencial que essa legislação ofereça uma boa proposta para os dois lados, o aprendiz e a empresa. Na ânsia ingênua de proteger os aprendizes, nossos legisladores criaram uma legislação que termina sendo péssima para as empresas. Tão equivocada é a lei que algumas empresas brasileiras de primeira linha preferem pagar multa a receber algum aprendiz.

Cristovam: *É até arriscado. A empresa recebe um aprendiz e esse aprendiz depois entra na justiça e consegue ganhar causas.*

Claudio: Dado o marco legal, a empresa pouco pode mandar nele durante o aprendizado. Por causa da pouca maturidade dos aprendizes, os problemas disciplinares se multiplicam.

Cristovam: *Esse sistema alemão vem do começo do século passado ou começou com os nazistas?*

Claudio: Desde a Idade Média, na Alemanha, na Inglaterra, na França e em vários outros países, as guildas regulamentavam a

aprendizagem, e esta se tornou bastante formalizada de lá para cá. Pela tradição, o mestre abrigava e alimentava o aprendiz na sua própria casa. Igualmente, tinha de ensinar o ofício. Até não muito tempo atrás, o pai pagava uma taxa ao mestre. Ao final de sete anos, o aprendiz devia preparar um trabalho “de formatura”. O termo “obra-prima” nasceu como o título do objeto que construiria. Isso veio de séculos e seguiu com poucas mudanças até meados do século 19. Na Alemanha, esse sistema passou a ser reforçado com a introdução de aulas de Educação geral, oferecidas pelo Estado. Em vez de apenas aprender o lado manual do ofício, o aprendiz recebia também uma formação escolar. Naturalmente, aprendia a ler, escrever, fazer contas, bem como uma carga de tecnologia que se expandiu ao longo do tempo. Hoje esse sistema é dominante, sobretudo na Alemanha, na Áustria e na Suíça. Será que para dar certo é preciso falar alemão? No funcionamento atual, o aprendiz irá por um ou dois dias para uma escola especial, diferente do ciclo acadêmico. Nos dias restantes da semana, trabalhará na empresa, aprendendo também seu ofício, sob a rígida supervisão de um *Meister*. Como tal, esse sistema tem pouco mais de cem anos. Ainda assim, alterações substanciais foram introduzidas depois da Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, foi reforçado o lado da Educação. Antes, era pouco mais do que a formação profissional, adicionada ao que o próprio mestre pudesse ensinar – podia ser muito ou pouco. Lembro-me de uma conversa na Alemanha com um mestre padeiro, bem velhinho. Ele me contava como explicava aos jovens aprendizes sobre as origens da Primeira Guerra Mundial. Mas isso acabou. Hoje, além de ir para a oficina (ou para o escritório), o aprendiz também tem os dias como aluno em uma escola especial, ou seja, alguns dias na empresa, alguns dias na escola.

Cristovam: *Esses jovens que têm parte do estudo na escola e parte na fábrica estudam junto com os alunos que não estão fazendo aprendizagem profissionalizante?*

Claudio: Não, não e não. É uma escola só para eles. Entre outras diferenças, ela é concentrada em um ou dois dias da semana (com uma jornada de oito horas). O currículo é diferente, com muito menos disciplinas genéricas e muito mais tecnologia. Ademais, muitas disciplinas são dirigidas à profissão. A matemática é para o eletricista ou o marceneiro; não é a matemática genérica. Preferencialmente, não é ensinada no quadro-negro, onde as pessoas entendem, mas não aprendem, nem praticam; é ensinada na prática.

Uma das indicações da segregação educacional brasileira é que, na sua origem, o ensino profissionalizante foi concebido para as chamadas “classes menos privilegiadas”, eufemismo para pobres que soubessem ler. Até certo ponto, tal percepção se manteve nos governos e na sociedade. O mercado já favorece mais os que dispõem de um ofício profissional e têm competência do que aqueles que têm um diploma universitário – não apenas porque o ensino tradicional não oferece alternativas de trabalho, mas também porque o conhecimento abstrato fica obsoleto mais rápido. É lamentável que o fascínio pelo diploma universitário e pela “nobreza” do título de doutor tenha atrasado o Brasil na formação profissionalizante em massa. Felizmente, dispomos do Sistema S²⁹ e das escolas técnicas para formar uma minoria de profissionais. Mesmo assim, algumas dessas unidades estão sendo sequestradas pelo Ensino Supe-

29. Sistema S refere-se às “nove instituições prestadoras de serviços que são administradas de maneira independente por federações e confederações empresariais dos principais setores da economia. Apesar de prestarem serviços de interesse público, essas entidades não são ligadas a nenhuma das esferas de governo” (fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/agencia-brasil-explica-o-que-e-o-sistema-s>). Integram o grupo: o Senai, o Senac, o Sesi, o Sebrae (já mencionados na entrevista), o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), o Serviço Social de Aprendizagem do Transporte (Senat) e o Serviço Social de Transporte (Sest).

rior de institutos tecnológicos. A solução seria ampliar o Ensino Médio para quatro anos e todos os alunos adquirirem um ofício durante a Educação de base; manter escolas técnicas para alguns e o instituto tecnológico apenas para os que desejem um Ensino Superior; e casar a Educação de base com o Sistema S, que já deu provas da sua eficiência.

**MAIS
SOBRE
O
EXEMPLO
DA
ALEMANHA**

Cristovam: *Na Alemanha, se eu não me engano, o sistema educacional é dividido pelas diferentes unidades do país, cada uma com suas regras. Isso permeia toda a República?*

Claudio: Naturalmente, as regras variam de país a país. Por exemplo, vi na Suíça as diferenças entre o Ensino Superior e a formação profissional. Lá, o governo federal não toma conhecimento do Ph.D. conferido pela Universidade de Genebra, mas para virar bombeiro-encanador é preciso passar em uma prova que vem de Berna, lacrada em um envelope. Aliás, durante uma visita, vi um desses tais envelopes.

Cristovam: *Ou seja, o Estado federal tem mais preocupação com os cursos profissionalizantes do que com os Ph.Ds.?*

Claudio: Para virar um mestre bombeiro ou eletricitista, ou marceneiro são necessários três anos e meio de aprendizagem e outros tantos de experiência profissional. Segue-se uma preparação adicional para se tornar mestre de ofício. É um tempo maior do que o requerido na formação acadêmica para obter um doutorado. Paradoxalmente, um jovem Ph.D. pode orientar uma tese de doutoramento com idade inferior à permitida a um bombeiro-encanador que queira receber um aprendiz do seu ofício. Será por isso que os canos lá não vazam?

Cristovam: *O Ministério Federal da Educação tem influência nas diversas unidades, nos estados?*

Claudio: A organização é diferente. Na formação profissional, toda a legislação é federal. Na Educação acadêmica, cada estado tem seu próprio sistema. Nesse ensino, os estados têm muito mais autonomia. Tanto é assim que na Alemanha não há um Ministério da Educação Superior, mas um prestigioso Conselho de Reitores de universidades.

Cristovam: *Na Educação de base regular também? Cada estado tem seu currículo?*

Claudio: Generalizando, cada estado tem seu currículo e opera suas escolas. Pelo que sei, e aqui tenho algumas dúvidas, há um currículo nacional, mas sua aplicação pode variar de estado a estado.

Cristovam: *E os professores são funcionários do estado local?*

Claudio: São funcionários de cada estado da federação. Aliás, a formação dos professores merece ser lembrada. Os candidatos fazem um curso superior do assunto que vão ensinar, em paralelo às disciplinas de pedagogia. Como me contou um ex-diretor de curso de formação de professores, o lado pedagógico tende a ser fraco. Mas, após a formatura, os graduados fazem um estágio de dois anos nas escolas antes de serem contratados definitivamente. Mesmo formados, ainda não são professores, são apenas estagiários. Durante esse período, aprendem a pedagogia específica da disciplina que escolheram lecionar. Não é mais uma pedagogia genérica que pode servir para tudo – ou para nada. É um sistema complicado, pois os estagiários trabalham sob dois orientadores. Um é da própria universidade, encarregado de supervisionar o aprendizado pedagógico da disciplina; o outro é um professor da própria escola, que também acompanha o aprendizado do estagiário. Para nós, que adquirimos a mania dos doutorados para tudo, vale mencionar que nenhum dos dois precisa ter tal título.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Cristovam: *A Alemanha tem uma espécie de Ideb³⁰, como nós?*

Claudio: Antes, quase nada havia. Ao longo dos anos de consolidação dos sistemas de ensino, desenvolveu-se um consenso sobre o que o aluno precisa saber em cada assunto. Dada a longa tradição de formação de professores, tais percepções tornaram-se compartilhadas, ou seja, há percepções comuns acerca do que é um aprendizado suficiente, bom ou excelente. Em contraste, não existe esse consenso em países como o Brasil ou os Estados Unidos. Isso fez com que a Europa caminhasse um bom tempo sem os testes padronizados que agora estão sendo adotados. Na prática, valia apenas a nota da escola. E o que torna a nota um indicador minimamente confiável é essa percepção compartilhada entre professores e administradores. Desenvolveu-se e consolidou-se uma tradição a respeito do que é um bom nível de aprendizado. Em contraste, no Brasil, o professor do Acre tem sua opinião sobre o que é saber equação do segundo grau; já o de São Paulo pode ter um padrão diferente. Diante dessa ausência de consenso, o Brasil caminhou rápido para implantar sistemas de avaliação, que na Europa faziam menos falta.

Cristovam: *É como ter um termômetro dentro de si dizendo se a pessoa está ou não com febre. No Brasil esse termômetro diz que uma pessoa com 40 graus não está com febre, outra com 37 já está. Cada um tem sua concepção, no lugar de uma percepção geral consolidada. Por isso é necessária a avaliação, que é um índice comum para medir a qualidade.*

Claudio: Os médicos experientes põem a mão na testa dos pacientes e concluem se estão ou não com febre. Se outro faz o mesmo, provavelmente vai chegar à mesma conclusão. Há uma avaliação informal e convergente, que resulta de uma longa experiência clínica. Na Europa é o mesmo com a qualidade da Educação. Todos estão de acordo quanto ao que é necessário saber.

30. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Cristovam: *Você já refletiu sobre como fazer avaliação de professores no Brasil?*

Claudio: Sim. Primeiramente, que para a contratação se faça uma prova, dando mais ênfase ao desempenho em sala de aula. Isso é mais crítico do que resolver equações complicadas, botar pronomes no lugar certo, enfim, lidar com todos esses detalhes periféricos ou recônditos. Quando consideramos um professor que estudou sua disciplina por quatro anos na universidade, o que ele terá de ensinar no Ensino Básico é relativamente simples. Portanto, é muito mais importante verificar se ele sabe dar aula. Essa é a primeira etapa na avaliação dos professores.

Vejamos a segunda. Dois anos depois de ser admitido como professor, ele entra em um estágio probatório. Seu contrato pode não se materializar se não estiver suficientemente preparado para produzir os resultados esperados. Perpetra-se, nesse momento, um crime contra a Educação brasileira. Quase todos são confirmados. O processo é bem concebido e mal executado. Na prática, não se consegue evitar que sejam confirmados professores inadequados. E, como sabemos, dois anos são mais que suficientes para saber quem é ruim e quem não é. Com a estabilidade da carreira docente, ele lá permanecerá até aposentar-se ou morrer. Por alguma razão, virou tabu não confirmar o contrato do professor após os dois anos experimentais. Essa contratação quase automática tem repercussões sombrias sobre a qualidade do ensino. Condenam-se, nesse processo, várias gerações de alunos.

Há uma terceira etapa na avaliação, ainda que esteja em estágio experimental. Ela pode ser executada por observadores qualificados e até pelos próprios alunos. Preocupada com a avaliação de professores, a fundação do Bill Gates desenvolveu um questionário bastante eficaz. Por acaso, lidei com isso nos colégios do Positivo, quando foram feitos alguns experimentos dos quais acabei participando. Professores são treinados para observar a aula de outros professores. Seguindo um protocolo bem detalhado, dão nota em

múltiplos quesitos. Além disso, os alunos também dão nota aos professores, usando questionários parecidos – essa parte tem de ser feita com certas precauções, para evitar que recebam notas baixas os professores mais exigentes. A que resultados se chegou? Escrevi sobre isso. A avaliação feita por outros professores e a avaliação feita pelos alunos mostram resultados equivalentes. Os alunos avaliam os professores de maneira muito semelhante à dos examinadores contratados. Na prática, quem quiser saber se o professor é bom, basta perguntar aos alunos. É prudente conduzir a pesquisa apenas entre aqueles que concluíram a disciplina que está sendo avaliada. É um cuidado que parece bobo, mas é necessário para deixar o aluno sem amarras nem preconceitos na hora de apresentar sua avaliação. E o que é mais importante: encontrou-se uma alta correlação entre os escores no questionário e o desempenho do aluno na escola. Na prática, podemos ficar sabendo em quais quesitos determinado professor é bom ou deficiente e também se, na ordem geral das coisas, é um bom professor. É óbvio, trata-se de informações preciosas.

O que se percebe dessas respostas sobre formação e contratação de professores no Brasil é que as normas são feitas em defesa de interesses trabalhistas deles, não com o objetivo de qualificar a Educação. Procura-se proteger o candidato a professor e o selecionado no concurso, não escolher o mais apto, mais dedicado, mais comprometido com resultados para a formação dos alunos. Uma boa alternativa seria que, depois do concurso, o aprovado fosse submetido ao crivo dos seus alunos durante o período probatório.

Cristovam: *Lamentavelmente, há um receio, um temor de ser avaliado. Creio que vem do fato de não se dar muita importância à Educação. Como todos dão valor ao futebol, o técnico que perde é demitido, mas, se os alunos não aprendem, nada acontece com o professor; ele fica sentado na estabilidade plena. Ninguém dá estabilidade ao técnico de futebol porque dá valor ao futebol, quer que o time não perca e que seja campeão.*

Claudio: De uma forma muito consistente, a pesquisa que citei mostra que o bom professor explica e explica, até o aluno aprender. Também é o que passa dever para casa bem pensado, corrige e comenta.

Cristovam: *E isso há 200 anos ou mais.*

Claudio: Por tudo que sei, os bons professores de ontem são parecidos com os de hoje.

A

UNIVERSIDADE

Cristovam: *O que precisa mudar na universidade brasileira?*

Claudio: Vamos lá. Três horas para responder? Mas que sejam alguns minutos. Primeiro, uma característica geral das nossas universidades é que são desenhadas para gênios, altamente dedicados e amantes de assuntos abstratos. Porém, a maioria dos alunos chega ao Ensino Superior incapaz de lidar com tais questões. Temos de entender: nem todo mundo é gênio, nem todo mundo adora matemática, nem todo mundo gosta dos voos da abstração. De fato, a maioria tem bastante dificuldade em realmente entender muito do que é ensinado, e, com frequência, acaba decorando, sem grande benefício para sua educação. Quando consideramos os Estados Unidos ou países da Europa, mais da metade dos cursos são práticos e curtos, correspondendo, mais ou menos, ao que aqui se denomina curso de tecnólogo, porém nossos tecnólogos não são tão práticos quanto deveriam. Nos nossos cursos superiores precisamos de currículos mais aplicados. Com isso estou dizendo duas coisas: 1) os currículos devem ser mais práticos, lidando com assuntos que o aluno poderá usar no mundo real; 2) o processo de aprender é mais eficaz quando se aplica o que é ensinado. No fundo, ensinamos conteúdos demais, assuntos estratosféricos demais, e é remota a aplicação do que quer que seja ensinado.

Vejamos agora o segundo grande problema da universidade pública – no caso, me refiro apenas ao ensino público federal, porque o de São Paulo escapa um pouco do problema. As universidades federais têm uma governança totalmente disfuncional. O reitor não pode tirar um professor incompetente e não tem autonomia financeira. No fundo, manda muito pouco. Em algum momento, eu disse que reitor de federal é como jôquei de dinossauro, achando que, com seu chicotinho, comanda a fera. Os sindicatos mandam mais do que ele. A verba que sobra nas suas mãos não dá para fazer nada substancial.

No entanto, as universidades custam uma fortuna. Para fixar ideias, o custo médio da universidade federal brasileira é igual ao

custo médio das universidades europeias, da ordem de US\$ 10 mil a US\$ 15 mil ao ano por aluno – embora não tenha visto esse número recentemente, mais próximo dos US\$ 15 mil. Alguma coisa está muito errada, porque na graduação não temos o padrão das universidades europeias. Ademais, os custos operacionais no Brasil são bem mais baixos. Ainda assim, o ensino custa o mesmo que na Europa. Por quê? São muitas causas. Por exemplo, os professores que não dão aula não podem ser afastados, e quem tentar isso colecionará inimigos por todos os lados. Além disso, o dinheiro de pessoal que a universidade conseguir economizar reverterá para o Ministério da Fazenda, ou seja, a universidade que economiza em pessoal não pode usar o dinheiro.

Por outro lado, o que significa autonomia universitária? Uma universidade federal, situada em uma região agrícola, está livre para abrir um curso de direito ou de música e pode se omitir de criar um curso voltado para aumentar a produtividade do campo na região. Para isso, a universidade tem autonomia; pode fazer o que quiser, certo ou errado. Porém, não tem autonomia para gerir seus recursos. É autônoma para decidir abrir um curso igualzinho ao que está no outro quarteirão, mas o funcionamento do curso será rigidamente controlado pelo Estado. Os sindicatos de professores restringem ainda mais sua área de manobra. Em outras palavras, o grande problema da universidade pública é governabilidade. Além de outras mazelas, as regras orçamentárias são equivocadas.

É interessante lembrar que Paulo Renato Souza, quando era secretário [da Educação, 1984-1986] em São Paulo, conseguiu fazer com que a verba do estado para as três universidades paulistas passasse a ser transferida com completa autonomia no seu uso. Vai o dinheiro para elas, e seja o que elas decidirem. Alguns anos depois encomendei um *paper* sobre o assunto. Os resultados foram surpreendentes. Aumentou a produção de alunos e de pesquisas, assim como a qualidade. Muita coisa melhorou com essa regrinha. Quando Paulo Renato foi para o MEC, tentou fazer o mesmo e quase perdeu o emprego. Os reitores não queriam de maneira al-

guma tal mudança, pois, para eles, é muito mais confortável dizer: “Ah, não posso fazer nada, estou de mãos amarradas por Brasília”. Ou seja, recusaram a responsabilidade de gerir os recursos das suas instituições, como acontece em qualquer organização eficaz. Em São Paulo, os reitores aceitaram, mas logo delegaram a alocação de recursos para os departamentos – nada grave. Repetindo: Paulo Renato não conseguiu fazer no MEC o que fez em São Paulo e que gerou resultados esplêndidos.

A autonomia universitária é uma proteção sadia diante de ameaças políticas ou ideológicas visando calar a universidade ou alguns professores que ousam criticar o governo. Mas, afóra essas ameaças políticas, no cotidiano, a autonomia não tem sido usada.

Há também a autonomia do professor. Aí está outra fonte de conflitos. Essa liberdade garante o direito de ensinar o que o professor quer? No entanto, espera-se que ele ensine seguindo a ementa. Na melhor das hipóteses, essa versão da ideia de liberdade de cátedra introduz ruídos no cotidiano de uma escola, porque tal autonomia não faz sentido. Na prática, criam-se mal-estar e conflito, frutos dessa ilusão. No fundo, funciona como uma bandeira ideológica intocável.

Corroendo ainda mais a governabilidade, os professores universitários formam um grupo de pressão em benefício de si próprios. Contudo, são financiados por quem paga impostos. E, na universidade federal, o contribuinte não dá palpite. O *board* das universidades não tem (ou praticamente não tem) empresários, comerciantes ou empresas, e ainda menos representantes legítimos da sociedade. Funciona tudo em um circuito fechado em que não se dá qualquer poder a quem está de fora e possa dizer: “Eu pago imposto, represento outras pessoas que pagam imposto e quero dar palpite sobre o que vai ser esta universidade”. Em contraste, os *boards* americanos são construídos para ter esse poder.

Autonomia universitária, como o colesterol, tem a boa e a ruim. A boa é aquela que permite à comunidade

acadêmica criar com total liberdade. A ruim é aquela que isola a universidade, alienando sua comunidade em relação aos problemas do seu entorno, do país e do mundo, sobretudo das ideias e teorias do momento. Tem-se a autonomia ruim quando a autonomia é controlada pelas corporações de professores e servidores que se apropriam dela com a finalidade de reduzir obrigações e ampliar direitos, como tem sido o caso das universidades estatais brasileiras nas últimas décadas. Especialmente, a autonomia ruim é aquela em que a universidade deixa de colaborar para melhorar a universalização e a qualidade da Educação de base. Essa é uma autonomia ruim e burra, porque a Educação de base negada ou sem qualidade reduz o potencial da universidade.

**DE
VOLTA
À
EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Cristovam: *Sempre que se fala em Educação, corremos o risco de nos concentrarmos no assunto do Ensino Superior. Volto à Educação de base. O que nos impede de ter Educação de qualidade para todas as crianças brasileiras? Quando falam que é “falta de dinheiro”, pergunto: por que falta de dinheiro? Na raiz, o que impede uma Educação tão boa quanto a dos melhores países e tão boa para o pobre quanto para o rico?*

Claudio: Você me fez duas perguntas. Respondo a uma de cada vez.

Nos outros países, onde a Educação é boa ou quase boa para todos, as famílias estão convencidas de que seus filhos têm de ir para a escola, têm de ter uma Educação de qualidade e têm de aprender aquilo que permite adquirir um amplo repertório para agir como cidadãos de primeira grandeza. Não é isso que se passa no radar da família brasileira típica, nem mesmo na família de classe alta.

Note-se o caso curioso dos empresários. Eles podem até se preocupar um pouquinho com a Educação dos seus filhos, mas empregam funcionários pessimamente educados e nada fazem; cruzam os braços, resignados. Contamos nos dedos os que fazem ou fizeram barulho. Logo vêm à cabeça Antônio Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau e Jorge Paulo Lemann. Quem mais? Custamos a identificar outros nomes. A lista acaba muito antes dos dedos. Nossa sociedade não tem uma percepção clara de que Educação de qualidade é a coisa mais fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Essa ficha ainda não caiu.

Convivemos tempo demais com Educação muito ruim. Não temos modelos do que seja uma escola excelente. O padrão do ensino é muito baixo e não há uma percepção compartilhada de que isso é uma tragédia. Voltando à metáfora, se a sociedade cobrasse como cobra do técnico de futebol, teríamos uma Educação muito melhor. O problema não é técnico ou ausência de capital humano na Educação. Não faltam no Brasil os conhecimentos técnicos de pedagogia, de como deve funcionar uma escola, da tecnologia que se pode usar ou de métodos de gerenciamento de escolas. Nada disso falta dentre nós. O Brasil tem segmentos muito avançados, tem

grupos substanciais que sabem tudo o que é preciso para dar um salto na Educação, mas, infelizmente, não são mobilizados e não têm voz ou poder para fazer o que gostariam.

A segunda questão é sobre os dinheiros. Faltam? Pergunta vaga tem resposta irrelevante. Faltam recursos para fazer uma Educação realmente boa, mas sobram para fazer a porcaria que está por aí. Dou dois exemplos. Comparando estados, não há correlação entre os gastos com professores e os resultados do Ideb ou da Prova Brasil; alguns pagam muito e obtêm pouco e vice-versa. Segundo exemplo: nos últimos anos, os gastos *per capita* com o Ensino Médio dobraram, porém a qualidade continuou lastimável.

Gostei sobretudo das palavras: “nós” e “percepção”. “Nós” no sentido de os brasileiros, e “percepção” no de alma do Brasil. A valorização da Educação ainda não está na nossa alma. Não tivemos tempo de aprofundar esse “por que nossa Educação é ruim e desigual?”. Gostaria de colocar razões atávicas. A abundância na natureza formou uma mente que não sente necessidade de investir em estudo para assegurar sobrevivência. Como consta na nossa certidão de nascimento, “em se plantando, tudo dá”. Para ampliar o comodismo, quase toda a nossa história se deu utilizando a escravidão. A terra rica germina, e para plantar ou pescar a elite mandava os escravos trabalharem. Depois de 350 anos desse sistema, a elite manteve o vício de usar o trabalhador servil. Para viabilizar isso é preciso manter a última trincheira da escravidão, que é a Educação desigual, conforme a renda da criança, para que o salário dela continue baixo quando adulta. Também para garantir aos filhos das classes ricas boas posições sem concorrência é preciso manter a desigualdade na qualidade da Educação entre as crianças conforme a classe social. A desigualdade na qualidade da escola é uma condição necessária para perpetuar a desigualdade social.

A

FUNDAÇÃO

SANTILLANA

Comprometida com a Educação, a Fundação Santillana, presente no Brasil desde 2008, atua na superação das desigualdades educacionais, com base na certeza de que esse é o motor para o desenvolvimento de um país mais justo, democrático e sustentável.

As ações promovidas compreendem a disseminação de conhecimentos para munir gestores de instituições públicas e privadas, professores e a sociedade civil com informações de qualidade em defesa da Educação de excelência para todos. Para tal, caminha ao lado de educadores e pesquisadores que constroem saberes na academia e nas salas de aula, sempre na fronteira do conhecimento. Também se dedica a parcerias com organizações nacionais e internacionais.

Além disso, a Fundação Santillana realiza e apoia iniciativas que contribuem para o desenvolvimento da Educação, incentivando a produção e a difusão de conhecimentos sobre temas centrais das políticas educacionais, do ensino e da aprendizagem. Fomenta ainda o debate plural sobre desafios e soluções compartilhados por gestores, professores, alunos e famílias em diferentes instâncias e regiões por meio da divulgação de análises, ideias, indicadores e boas práticas nas políticas públicas, assim como incentiva premiações que valorizam e reconhecem professores e gestores.

ALÉM DA SUA PERSONALIDADE de intelectual atrevido, sem medo de riscos de vida ou de polêmicas, me atraía [para entrevistá-lo] o fato de Claudio de Moura Castro ser da primeira geração de economistas com doutorado e ter optado pelos temas da Educação, transformando-se em um educador com experiência e ideias próprias, muitas delas contrárias às visões consolidadas. Com Claudio é possível falar de economia – ele é um importante economista; de aventuras – ele é um homem de aventura; de marcenaria – ele é um marceneiro; de Educação profissional – que ele defende com grande interesse. [...] Este livro é resultado de duas conversas que tivemos via Zoom em 2021, ele em Belo Horizonte e eu em Brasília.

CRISTOVAM BUARQUE

*Reitor da Universidade de Brasília (1985-1989),
governador do Distrito Federal (1995-1998), senador eleito (2002)
e ministro da Educação (2003-2004), na Introdução*

